

O Diálogo entre Pós-Colonialismo e Relações Internacionais¹

Bruna Cavallari

Universidade Federal de Pelotas

bruhcavallari@gmail.com

Nas últimas décadas as ciências sociais vivenciaram o surgimento de teorias críticas que procuravam desconstruir ou questionar a lógica mundial instalada. Eventos ocorridos no século XX, como por exemplo, a descolonização da África e a intensificação da globalização, colaboraram para que se possibilitasse um estudo desse novo sistema que surgia. Por um lado, o pós-colonialismo pode ser entendido como o período posterior aos processos de descolonização na segunda metade do século XX, enquanto contribuição teórica o termo trata de movimentos críticos que ganharam força nos anos 1980. O pensamento Pós-Colonial inicia seus debates na literatura e nos estudos culturais ganhando destaque também nas áreas de sociologia e história. Ainda que o debate Pós-Colonial tenha penetrado fortemente em diversas ciências sociais e humanas a disciplina das Relações Internacionais têm se mostrado resistente a essa nova abordagem. Assim, este artigo se propõe a analisar quais as principais contribuições que o pós-colonialismo pode trazer a disciplina das Relações Internacionais. Para tanto, se faz necessário traçar a diferença entre os termos ‘decolonial’ e ‘pós-colonial’, estabelecer as origens e a evolução do pensamento crítico pós-colonial e traçar o diálogo entre essa matriz teórica e as Relações Internacionais. .

PALAVRAS CHAVE: Pós Colonialismo; Relações Internacionais; Colonialidade

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as ciências sociais vivenciaram o surgimento de teorias críticas que procuravam desconstruir ou questionar a lógica mundial instalada. Eventos ocorridos no século XX, como por exemplo, a descolonização da África e a intensificação da globalização, colaboraram para que se possibilitasse um estudo desse novo sistema que surgia.

Por um lado, o pós-colonialismo pode ser entendido como o período posterior aos processos de descolonização na segunda metade do século XX, enquanto contribuição teórica o termo trata de movimentos críticos que ganharam força nos anos 1980. O pensamento Pós-Colonial inicia seus debates na literatura e nos estudos culturais ganhando destaque também nas áreas de sociologia e história. Ainda que o debate Pós-Colonial tenha penetrado fortemente em diversas ciências sociais e humanas a disciplina das Relações Internacionais têm se mostrado resistente a essa nova abordagem. No entanto, a teoria pós-colonial pode traçar um diálogo com as relações internacionais e fazer contribuições significativas.

Assim, este artigo se propõe a analisar quais as principais contribuições que o pós-colonialismo pode trazer a disciplina das Relações Internacionais. Para tanto, se faz necessário traçar a diferença entre os termos 'decolonial' e 'pós-colonial', estabelecer as origens e a evolução do pensamento crítico pós-colonial e traçar o diálogo entre essa matriz teórica e as Relações Internacionais. Assim sendo, traçaremos uma breve genealogia do pensamento pós-colonial e debateremos a colonialidade do poder e do saber. Em um segundo momento será discutido a diferença entre os termos de-colonial e pós-colonial para então, podermos assumir as contribuições deste pensamento para a disciplina das relações internacionais.

2. DESENVOLVIMENTO

O pós-colonialismo não é uma matriz teórica única e uniforme. Nascida na crítica literária, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra a partir dos anos 1980, o pensamento pós-colonial começa a difundir-se tanto geograficamente como para outras áreas teóricas. (COSTA,2006).

Ainda que o pensamento pós-colonial não seja uno, disciplinar e articulado todos os autores dessa corrente se assemelham por interceder a favor do colonizado. Esse pensamento surgiu a partir do antagonismo e binarismo criados a partir da colonização, só existe colonizado porque existe colonizador (BALLESTRIN, 2013).

Vale ressaltar aqui a importância de três autores que precipitaram a crítica pós-colonial – a camada ‘tríade francesa’: Franz Fanon, Albert Memmi e Césaire. Ainda que suas principais obras terem sido escritas em 1961 (OS Condenados da Terra), 1947 (Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador) e 1950 (Discurso Sobre Colonialismo), respectivamente, encontram-se extremamente atuais. (BALLESTRIN, 2013)

O pensamento pós-colonial ganha força quando articulado por dois grupos: Grupo Sul Asiático de Estudos Subalternos e o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos que, posteriormente, se originaria o Grupo Modernidade/Colonialidade.

O Grupo Sul Asiático de Estudos Subalternos tinha como principal objetivo “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFOGUEL, 2008, p.116). Já o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos, inspirado no grupo sul-asiático, pretendeu trazer para a discussão a América Latina.

No entanto, o grupo latino-americano apresentou uma série de divergências internas culminando em uma quebra e na criação do grupo Modernidade/Colonialidade.

Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados. Para todos nós que tomámos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais. (GROSFOGUEL, 2008, p. 116)

Pouco a pouco, o Grupo Modernidade/Colonialidade foi se estruturando e organizando encontros periódicos. Dentre as principais vozes do grupo pode-se destacar: Anibal Quiano, Enrique Dussel, Walter MIngnolo, Ramon Grosfóguel e Arturo Escobar.

Portanto, pode-se considerar três vertentes da teoria pós-colonial. A primeira, considerada a clássica – ainda que, assim como a eleição de clássicos nas ciências sociais, na teoria pós-colonial esta escolha também é passível de questionamento (CONNEL, 2007) – é a ‘tríade’, já citada anteriormente: Franz Fanon, (1925-1961), psicanalista, negro, natural da Martinica e revolucionário na Frente Argelina de Libertação durante a guerra de independência deste território; Aimé Césaire (1913-2008), poeta, negro e também martinicano e Albert Memmi (1920-), professor tunisiano de origem judaica. Os três, foram os pioneiros em dar voz ao colonizado e trazem um pensamento muito marcado por uma ideia anti-colonial que tiveram suas publicações na década de 1960.

O Grupo de Estudos Subalternos Sul Asiáticos, liderado por Ranajit Guha, com autores como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak, e outros autores como Bhabha podem ser classificados como a segunda vertente da teoria pós-colonial. Spivak foi a principal voz expoente do grupo ao apresentar a academia estadunidense as ideias do grupo, conquistando notoriedade como uma das principais tradutoras da obra de Jacques Derrida. Spivak publica em 1985 uma das principais obras desta segunda linha pós-colonial, ‘Pode o Subalterno Falar?’.

Por fim, a terceira corrente, que retoma aqueles autores pioneiros – Fanon, Césaire e Memmi – é o coletivo Modernidade/Colonialidade já apresentado nesta discussão. As principais contribuições do coletivo são a inserção da narrativa latino americana como fundacional do colonialismo; retoma a importância do sub continente como primeiro caso de racismo em prol do colonialismo; a constatação da tríade opressora – colonialidade do poder, do saber e do ser – para demonstrar a continuidade da lógica colonial e do imperialismo independentemente do fim histórico formal destes e a perspectiva que fornece novas matrizes para a problematização da produção do conhecimento. (BALLESTRIN, 2013)

Apresentada de forma sucinta a genealogia da teoria pós-colonial, passamos agora a discutir os principais conceitos que serão aplicados nesta pesquisa. Primeiramente, cabe discutir colonialismo e colonialidade, também em suas três vertentes – do poder, do saber e do ser.

Como colonialismo podemos entender período histórico onde houve “conquista e controle da terra e bens de outros povos. Mas colonialismo neste sentido não é meramente a expansão de várias potências europeias na Ásia, África e nas Américas do

século XVI em diante; tem sido uma fratura recorrente e disseminada da história da humanidade” (LOOMBA, p.8, 2005).²

Trata-se de dois momentos coloniais, o primeiro no século XVI quando, predominantemente Espanha e Portugal, iniciaram a conquista e colonização da América Latina e o segundo, já no século XVIII quando potências europeias dominaram a África. O colonialismo desenvolveu uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sob os povos dominados. (QUIJANO,2005).

Em seu aspecto político, sobretudo formal e explícito, a dominação colonial foi derrotada na grande maioria dos casos. A América foi o primeiro cenário desta derrota. Posteriormente, desde a Segunda Guerra Mundial, a África e a Ásia. Assim, o colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado. (QUIJANO, p.1,2005)

Delimitado a noção de colonialismo enquanto período histórico, passa-se agora a conceptualização do termo colonialidade. Segundo Grosfóguel, a colonialidade vai além do colonialismo, segundo ele: “a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema -mundocapitalista moderno/colonial” (GROSFÓGUEL, p.55, 2008).

A colonialidade é dividida em três matrizes: colonialidade do poder (econômico e político), colonialidade do ser (gênero, subjetividade, sexualidade e conhecimento) e colonialidade do saber. A colonialidade do poder foi inicialmente desenvolvida por Quijano em 1989 quando publicou ‘Os paradoxos da Modernidade. O conceito pretende demonstrar que a lógica colonial não termina com o fim do colonialismo formal e traz para a atualidade essa discussão. Desta forma,

A expressão "colonialidade do poder" designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-

² Tradução da autora do original: conquest and control of other people's land and goods. But colonialism in this sense is not merely the expansion of various European powers into Asia, Africa or the Americas from the sixteenth century onwards; it has been a recurrent and widespread feature of human history.

nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da "colonialidade global" imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. (GROSFOGUEL 2008, p. 126)

Quijano expõe ainda que colonialidade do poder é um conceito capaz de abarcar a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’, o que é um dos elementos fundantes do atual padrão de poder presente no sistema-mundo. A noção de ‘raça’ foi o expoente que, segundo o autor, permitiu a dominação dos povos americanos dando início a dominação colonial e ao capitalismo.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342).

Vale ressaltar que, como explica Mingolo, a modernidade se inicia com o ‘descobrimento’ das Américas no século XVI o que não contempla as colônias inglesas tampouco as francesas. No entanto, o binômio colonialidade/modernidade reaparece na Ásia e na África como consequência da expansão imperial britânica e francesa a partir do final do século XVIII e as adaptações e mudanças que esta exigiu (MINGOLO, 2008).

O conceito de colonialidade do poder inova ao trazer a ideia de raça como o elemento estruturador das hierarquias do sistema-mundo moderno. Mingolo afirma que a colonialidade do poder é uma teia complexa de interações e atividades. Segundo ele, estariam contemplados aí o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais do gênero e da sexualidade, subjetividade e do conhecimento (MINGOLO, 2012). Assim sendo, “a matriz colonial do poder é em última instância uma rede de crenças sobre as quais se atua e se racionaliza a ação, se tira vantagem dela e se sofre as consequências” (MINGOLO, 2012 p.12).³ Ademais, Quijano esclarece que

³ Tradução da autora, do original: La matriz colonial de poder es en última instancia una red de creencias sobre las que se actúa y se racionaliza la acción, se saca ventaja de ella o se sufre sus consecuencias.

A colonialidade [...] é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem político explícito, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas. Mas não parou de ser, há 500 anos, seu marco principal. As relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas sequelas e, sobretudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global (QUIJANO, 2005, p.4).

Além disso, é essencial esclarecer que é a modernidade é condição para a clonialidade: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (MIGNOLO, 2003, p. 30), ao mesmo tempo que ela dá condições de existências ao colonialismo, também permite que a colonialidade não se apague.

Segundo Dussel, a modernidade pode ser entendida como uma concepção de caráter eurocêntrico, regional e ‘desenvolvimentista’: “a modernidade é uma emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p.27). Nesta perspectiva a modernidade é atributo exclusivo dos povos europeus, que tem a missão civilizadora, que devem levar à outros povos seu desenvolvimento e superioridade. Claramente, esta visão de modernidade reproduz a matriz colonial do poder. Assim sendo, “a modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como ‘saída’ da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário, negativo e mítico, a Modernidade é justificativa de uma *praxis* irracional de violência” (DUSSEL, 2005, p.29).

Mingolo argumenta que, sendo a colonialidade parte constitutiva da modernidade e a ideia de salvação presente nessa pressupõe uma lógica opressiva e condenatória daquela. Tal lógica produz uma onda de descontentamento, de desconfiança e de despreendimento, “essa energia se traduz em projetos de de-colonialidade que, em última instância, também são constitutivos da modernidade” (MINGNOLO, 2008, p.249)⁴. Além disso, o autor esclarece que a modernidade não é apenas uma época histórica, é também uma ideia uma narração, que acaba por constituir uma lógica, feita por atores que narram

⁴ Tradução da autora do original: “esa energía se traduce en proyectos de de-colonialidad que, en última instancia, también son constitutivos de la modernidad.

suas próprias experiências no momento que se inicia fortemente a globalização e o capitalismo moderno.

Desta forma, a modernidade é um mito que se desenvolve da seguinte maneira:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (DUSSEL, 2000, p. 49).

Assim, têm-se a partir desta elaboração a reconfiguração da ideia de sistema-mundo de Wallerstein, pesando em ‘sistema-mundo moderno/colonial’.

Ademais, no contexto da conquista das Américas, guerra e genocídio surgiu a ideia de raça muito favorável ao colonialismo. É a partir de então que é construído a ideia de superioridade da raça branca.

Durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo (QUIJANO, 2005, p.4).

A modernidade carrega consigo a concepção de uma lógica totalizante e excludente quando pensamos o binômio modernidade/racionalidade: uma totalidade que nega e exclui as diferenças e as possibilidades de outras totalidades. “A racionalidade moderna é, ao mesmo tempo, defensiva e excludente” (MINGOLO, 2010, p.13)⁵.

O conceito de colonialidade permitiu que histórias, subjetividades e conhecimentos silenciados, reprimidos e subalternizados por essa ideia de totalidade racional da modernidade se reconstruíssem ganhando nova voz.

O autor defende que a modernidade não é um fenômeno exclusivamente europeu pois está atado às colônias. No entanto, a retórica da modernidade, esta sim, é exclusivamente europeia levada a cabo por autores, filósofos, escritores e intelectuais. Tem-se, portanto, apenas metade da história a qual se propagou e ganhou veracidade soterrando a outra metade – a metade colonial – “a modernidade é a história contada por sujeitos imperiais, contando sua própria história e dissimulando sua regionalidade” (MINGOLO, 2010, pp.57-58).

“Em suma, o fundamento da modernidade/colonialidade está no descobrimento e na invenção da América – para Dussel, Mignolo, Quijano/Wallerstein ; ela é uma origem, “tão origem” como fora a Grécia para a civilização ocidental” (BALLESTRIN, 2013, p 102).

Ao tratar em regionalidade, Mingolo traz à tona a dimensão da colonialidade do saber. A problematização de Foucault com a ideia de violência epistêmica não foi suficiente, segundo Castro-Gomez, para elucidar o racismo epistêmico: a ideia deve ser ampliada de modo que seja possível tratar de geopolítica do conhecimento.

“A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 9). Se o conhecimento reproduz a colonialidade e está atrelado ao político e ao econômico é fundamental se descolonizar também a matriz de produção do conhecimento.

Nesse contexto, Eduardo Langer defende que:

⁵ Tradução da autora do original:
“La racionalidad moderna es absorbente y, al mismo tiempo, defensiva y excluyente.”

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais. (LANGER, 2005, p.8)

Essa matriz moderna/colonial de produção do conhecimento assume a neutralidade do fazer científico onde o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, língua, nem localização epistêmica e não está inserido em nenhuma relação de poder. É um sujeito sem rosto. (GROSFOGUEL, 2007).

Essa forma de fazer científico, locada no norte global, essencializa e planifica o ‘dever ser’ tornando a sociedade liberal como a única saída possível de incorporação econômica e social. Por consequência, os saberes e as formas de compreensão produzidos pela Europa, graças a sua carga universalizante, tornam-se objetivas o universais.

As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades. Esta é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma ‘normal’ do ser humano e da sociedade. (LANGER, 2005, p.13)

Dessa forma, o colonialismo se perpetua também pela científico. Questionar a neutralidade e a origem da ciência é ponto de partida para entender a colonialidade do saber. “A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do

eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3).

Assim, como aponta Ballestrin, pode-se concluir que:

O papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa mas também no seu potencial normativo. Se toda teoria serve para algo ou para alguém, é razoável partir do princípio de que ela reproduz relações de colonialidade do próprio poder. Historicamente, a teoria e a filosofia política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte. Por um lado, ela serviu como pilar fundamental para a arquitetura da exploração, dominação e colonização dos povos não situados no Ocidente exemplar. Por outro, o Ocidente foi capaz de reagir desde dentro, improvisando teorias outras, críticas e contra-hegemônicas. Essa marginalidade teórica dialoga com as versões periféricas e subalternas produzidas fora do Norte. Dessa perspectiva, decolonizar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonização do próprio poder (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

Por fim, o termo decolonial (com ou sem hífen) marca a diferenciação com termo descolonial. O primeiro refere-se ao pensamento pós-colonial e o segundo ao período histórico de descolonização. “Basicamente, a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. “ (BALLESTRIN, 2013, p. 111).

2.2 PÓS-COLONIALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Exposto isso, podemos afirmar que os debates feitos pelo pós-colonialismo são debates que tratam das relações internacionais. Desta forma, esta teoria faz uma importante contribuição: apresenta uma nova forma de entender as próprias relações internacionais atuais a partir de uma ótica crítica e que foge das teorias *mainstream* da disciplina. Ao afirmar que a lógica colonial segue presente nas relações atuais entre os Estados-Nações independentes formalmente, o pós-colonialismo está mostrando que as relações que permeavam a ordem internacional tanto na primeira fase colonial (século XV e XVI) quanto no colonialismo do século XX, estão presentes na ordem mundial atual.

Desta forma, o pós-colonialismo aproxima-se da teoria crítica das relações internacionais que busca questionar o conservadorismo das teorias dominantes, em

especial do neo-realismo, além da proposta de romper com a rigidez de disciplina aceitando contribuição de outras áreas das ciências humanas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Ademais, ao problematizar o locus do fazer científico e sua relação com o produzido, o pós-colonialismo faz uma crítica as relações internacionais. A disciplina de RI é fortemente europeizada e americanizada, a produção teórica da disciplina é quase exclusivamente norte-americana e europeia e conseqüentemente, reproduzem a lógica colonial que os favorece.

Não se trata apenas de questionar a primazia epistêmica eurocêntrica, mas também de questionar as categorias padrões e nomes com que se tem taxonomizado o outro e construir junto com este, dentro do diálogo pluricultural, formas outras de saber, pensar e viver.(FONSECA E JERREMS, 2012, p.117)⁶

Assim, podemos afirmar que o pós-colonialismo traz uma contribuição – um novo olhar para a lógica das relações internacionais – um diálogo – a aproximação com a teoria crítica das RI – e uma crítica – o lugar epistemológico da disciplina.

3. CONCLUSÕES

Neste artigo procuramos traçar uma pequena genealogia e os conceitos basilares do pensamento pós-colonial e pensar de que maneira esta matriz teórica pode contribuir com a disciplina das relações internacionais.

O pós-colonialismo pode ser agrupado em três vertentes: a anticolonial; a pós-colonial e a decolonial. No entanto, a tríade francesa – Cesáire, Memmi e Fanon – podem ser considerados clássicos para este pensamento. Pode-se afirmar também que todos os autores intercedem a favor do colonizado denunciando a subalternização do ser.

⁶ Tradução da autora do original: No se trata sólo de cuestionar la primacía epistémica eurocéntrica, sino también de cuestionar las categorías, estándares y nombres con los que se ha taxonomizado al otro, y de construir junto con éste, dentro del diálogo pluricultural, formas otras de saber, pensar y vivir.

A colonialidade é a continuação da lógica colonial, ou seja, a colonialidade supera o colonialismo formal e vai além de um período histórico. Pode ser dividida em três matrizes: a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Conclui-se que o pós-colonialismo traz uma contribuição – um novo olhar para a lógica das relações internacionais – um diálogo – a aproximação com a teoria crítica das RI – e uma crítica – o lugar epistemológico da disciplina.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. (2013) América Latina e o Giro Decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. no.11 Brasília May/Aug. 2013

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005). “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”, em LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

CONNELL, Raewyn (2007). Southern theory. Cambridge: Polity Press.

COSTA, Sérgio (2006). Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmo-politismo. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DUSSEL, Enrique (2000). “Europa, modernidad y eurocentrismo”, em LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso GROSFOGUEL, Ramon, (2008). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147.

LOOMBA, Ania. Colonialism/Postcolonialism. Routledge, 2005

MINGNOLO, Walter. (2008). “La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”. Tabula Rasa, n.8, p. 243-282

_____(2003). Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal

_____ (2012). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar (2005). "Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates" Editora Campus, 7º Tiragem, Rio de Janeiro, 250 pags.

QUIJANO, Aníbal. (2000) "Colonialidad del Poder y Clasificación Social." *Journal of worldsystems research*, vi, 2, summer/fall

QUIJANO, Aníbal. (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*.